Por intermédio do expediente de peça 60, o Sr. Severino Eudson Catão Ferreira solicita que seja determinada a expedição de nova notificação do acórdão condenatório, em razão, segundo o solicitante, de a comunicação anterior ter sido encaminhada para endereço desatualizado desse responsável, o que a invalidaria por esse motivo.

Alega aquele responsável que a notificação do acórdão condenatório não foi enviada para o seu endereço, mas para o da Prefeitura de Palmeirina, que a encaminhou à Câmara de Vereadores daquele município.

Com isso, o responsável argumenta que somente teve ciência do teor do ofício de notificação em 6 de dezembro de 2013 e não na data de recebimento que consta do Aviso de Recebimento de peça 61 (21 de novembro de 2013).

Não se sustentam, contudo, as alegações de nulidade apresentadas pelo responsável. Isso porque o Ofício 1639/2013 (peça 59) foi enviado para o endereço do responsável obtido em consulta recente ao cadastro de endereços da Receita Federal do Brasil (peça 57), o qual é regularmente utilizado pelo TCU, com base em ajuste firmado com aquele órgão federal, para subsidiar a consulta aos endereços de responsáveis nos processos de sua competência.

É importante destacar, por isso, que os endereços obtidos mediante consulta ao referido cadastro além de válidos são atuais, pois baseados em atualizações anuais promovidas pelos próprios contribuintes quando da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF.

Ademais, ao contrário do que alega o Sr. Severino Eudson Catão Ferreira, o endereço que consta do Ofício 1639/2013 não é o da Prefeitura Municipal de Palmeirina, pois esta se localiza, segundo pesquisa realizada na internet (peça 62), na Av. Desembargador João Paes de Carvalho, nº 233, e não, como constou no referido ofício, na Av. Desembargador João Paes de Carvalho, nº 203.

Dessa forma, vê-se que a notificação promovida por meio do Ofício 1639/2013 foi enviada a endereço válido e atual do Sr. Severino Eudson Catão Ferreira, não prosperando, portanto, a alegação de nulidade levantada pelo responsável.

Ainda assim, como pode ter havido equívoco dos Correios ao entregar o referido expediente em número diverso do indicado por esta Secretaria, e considerando que o responsável apresentou outro endereço para recebimento de notificações expedidas pelo Tribunal, encaminhem-se, os autos ao SA, com fundamento na delegação de competência conferida pelo titular desta Unidade (art. 2º, inciso X, da Portaria Secex/PE 10/2013, publicada no BTCU 14/2013), para expedição, em nome do princípio da ampla defesa, de novo ofício de notificação do teor do Acórdão 2417/2013 – 1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 5917/2013 – 1ª Câmara, desta feita para o endereço fornecido pelo Sr. Severino Eudson Catão Ferreira na peça 60, p. 2.

SECEX/PE, em 16 de dezembro de 2013.

(assinado eletronicamente)
Marta Fabiana de Melo Aragão
Assessora